



Excelentíssimo Senhor  
Primeiro Ministro  
Rua da Imprensa à Estrela, nº 6  
1200-673 Lisboa

Com conhecimento:

- Presidente da AR
- CIP
- AEP
- CEC

N/REF<sup>o</sup>.: 070/2023

Assunto: Orçamento do Estado para 2024.

Excelência

A Associação Empresarial de Águeda (AEA), em nome das empresas associadas, vem junto de Vossa Excelência, expressar as mais sérias e profundas preocupações com a proposta de Orçamento do Estado para o ano de 2024, pelas seguintes razões:

1. A economia portuguesa enfrenta sérias dificuldades, afetando tanto empresas quanto famílias;
2. A maioria dos setores económicos, em particular o setor de bens manufaturados, enfrenta quedas significativas nas encomendas;
3. O aumento das taxas de juro está a causar grandes dificuldades às empresas que assistem ao aumento dos juros e comissões bancárias de forma desmesurada;
4. Os elevados preços da energia elétrica e do gás natural criam dificuldades e custos de produção que as empresas não conseguem enfrentar;
5. Os preços dos combustíveis também estão a impactar de forma significativa a situação económica e financeira das empresas, aumentando os custos de distribuição e o já significativo custo de periferia do nosso país;
6. O Orçamento do Estado para 2024 sobe o valor de várias taxas, taxinhas e coimas, o que contribui diretamente para o agravamento dos custos das empresas, sobretudo das que são transformadoras. Sem uma redução imediata, a situação só tende a piorar;



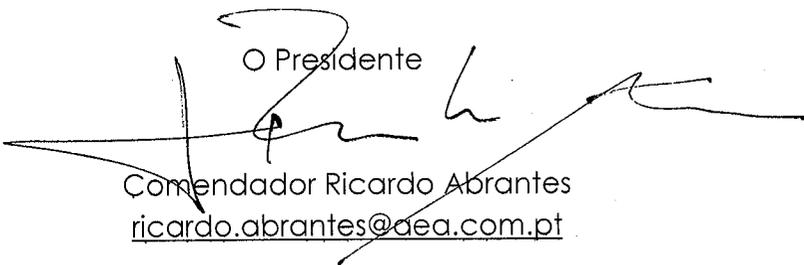
7. A redução de impostos é a única forma de garantir que o apoio do Estado alcance as micro e PME's, e contribua diretamente para o aumento do rendimento disponível das famílias;
8. Nos últimos seis anos, a política fiscal tem prejudicado "brutalmente" a tesouraria das empresas;
9. Se o governo insistir nas mesmas políticas erróneas, o tecido produtivo continuará a diminuir e o desemprego a aumentar;
10. A competitividade das empresas portuguesas está a diminuir rapidamente, e esta proposta de OE não apresenta medidas que possam reverter esse cenário;
11. Nas contas relativas a 2023 e no Orçamento de Estado para 2024, há espaço para corrigir diversos desequilíbrios, incluindo a redução da tributação sobre rendimentos do trabalho, do IRC, bem como a diminuição significativa do Imposto sobre Produtos Petrolíferos (ISP) e da taxa normal do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA). Todas essas medidas contribuiriam para estimular a economia e devolver o poder de compra e o bem-estar às famílias portuguesas.

Face ao anteriormente exposto, apelamos respeitosamente, que Vossa Excelência leve em consideração a insatisfação da AEA e da generalidade das empresas em relação a mais um Orçamento do Estado que aumenta a carga tributária e torna a vida mais difícil para famílias e empresas.

Com os respeitosos cumprimentos,

Águeda, 17 de outubro de 2023.

O Presidente

  
Comendador Ricardo Abrantes  
[ricardo.abrantes@aea.com.pt](mailto:ricardo.abrantes@aea.com.pt)